

Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Ago 2010 a Jan 2012



valores em €	31-Jan	MoM	%
EUA Spot	7,86	0,96	13,91%
Fut 2012	8,04	0,72	9,84%
Fut 2013	8,71	0,73	9,15%
Fut 2014	9,38	0,88	10,35%
CERs Spot	4,03	-0,10	-2,42%

	31-Jan	%
UK Gas (NBP p/th)	56,25	3,57%
Carvão (API2 USD/t)	103,00	-2,14%
Brent (USD/barrel)	110,98	0,03
Crude (USD/barrel)	98,48	-0,35%
German Baseload	51,80	-1,69%

Mercados de CO₂

Sentimento positivo no mercado de carbono

Nos últimos meses de 2011 os analistas reduziram em mais de 30% as suas previsões de preços de licenças de emissão de carbono para 2012, sendo de destacar o corte de estimativas efectuado pelo Barclays Capital já no decorrer deste ano, em que a referência de preço médio para 2012 se situa agora nos €7.5/t, uma queda de aproximadamente de 40% face à última estimativa publicada em Novembro. O Banco inglês reviu também em baixa o preço médio estimado para as CERs em 2012, tendo efectuado um corte de 48% para os €4/t. As razões apontadas prendem-se com as perspectivas de forte desaceleração da economia mundial, com riscos de recessão em algumas das regiões do globo, bem como um excesso de oferta de licenças de emissão que continuam a penalizar a evolução dos preços no mercado de carbono. (cont. pág. 2)

O Clima, os Custos e o Clima Empresarial em 2011

O Clima em 2011

O ano de 2011 mesmo com os efeitos de arrefecimento de La Niña, e a baixa actividade solar dos últimos anos, conseguiu entrar no top 10 dos anos mais quentes. 2011 é, segundo o Goddard Institute for SpaceStudies¹, o nono ano mais quente desde que há registo (1880). Segundo a Organização Mundial de Meteorologia este foi também o ano em que o Ártico viu a sua segunda menor extensão de gelo de sempre, o que se traduziu também no menor volume de gelo Ártico de que há memória². Estes são apenas alguns dos efeitos do aquecimento global, e das alterações climática que se traduzem em custos humanos e materiais. (pág. 2 e 3)

Comércio de Emissões na Austrália e Nova Zelândia

No seguimento das reestruturações que estão a ocorrer no CELE para o pós-2012, é importante analisar em que medida o estabelecimento de programas governamentais baseados no comércio de emissões se está a globalizar. Aqui, enfoca-se os passos já dados pela Austrália e a Nova Zelândia. (cont. pág.4 e 5)

Mercados de CO₂ (cont.)

No que diz respeito ao excesso de oferta de licenças destaque-se o facto do BEI (Banco Europeu de Investimento) ter como objectivo a venda de 300 milhões de EUAs do período 2013-2020, das quais cerca de 200 milhões deverão ser alienadas até Outubro deste ano, o que poderá implicar uma oferta média mensal de 20 milhões de licenças.

No dia 20 de Janeiro as EUAs subiram 7%, reagindo positivamente ao aumento da procura de dívida soberana europeia, contribuindo assim para aumentar a confiança no euro e contaminar os mercados financeiros com um sentimento positivo. As bolsas europeias fecharam com fortes ganhos, animadas pelos leilões de dívida de médio e longo prazo de Espanha e França que pagaram juros mais baixos para se financiarem, apesar dos recentes cortes de *rating* da Standard & Poor's.

Enquanto isso, o clima de disputa entre o Irão e os governos ocidentais relativamente ao programa nuclear de Teerão foi o principal motor de valorização do crude. Recorde-se que os EUA e os seus aliados intensificaram as pressões sobre o Irão para que suspenda aquilo que suspeitam ser um programa de desenvolvimento de armas nucleares. Já no final do ano passado, o presidente norte-americano Barack Obama promulgou legislação no sentido de sancionar economicamente o Irão, através de uma suspensão das transacções com o banco central iraniano. No mesmo sentido vão também as decisões da União Europeia que decidiu impor um embargo ao petróleo iraniano para travar o financiamento do programa nuclear eventualmente em implantação e, em resposta, o Irão ameaçou cortar as vendas de petróleo ao Ocidente, tendo posteriormente adiado a implementação desta decisão. No que refere à evolução dos preços das licenças de carbono no decorrer do mês de Janeiro, é de destacar a sua tendência positiva, nomeadamente no caso das EUA's que registaram uma subida de 13.91%.

Maria João Ramos

mramos@ecoprogresso.pt

O Clima, os Custos e o Clima Empresarial em 2011(cont.)

Os custos do Clima

No último balanço anual da Munich RE³, a seguradora que há mais tempo se preocupa com os custos do clima e outros desastres naturais, 2011 foi, até à data, o ano mais caro de sempre, sendo que a factura aumentou 66% de 2010 (130 mil milhões de dólares americanos) para 2011 (380 mil milhões). Ao isolar-se os três piores desastres naturais climatéricos de 2010 e 2011 verifica-se um aumento dos custos com o clima muito evidente. O aumento da intensidade e da regularidade destes desastres está em grande parte a ser atribuído pelos cientistas ao fenómeno climatérico de La Niña que, por sua vez, está a ser potenciado pelo aumento de temperatura da terra, assim como o aumento da concentração de vapor de água na atmosfera. Esta é a opinião especializada de cientistas como Kevin Trenberth, sénior *climate scientist*, da NASA (do National Centre for Atmospheric Research)⁴.

Clima Empresarial

O mundo empresarial não pode ignorar os custos com o clima pelo que é muito importante a avaliação dos riscos associados para além da aposta num desenvolvimento de baixo carbono. Para auscultar a importância deste tema nas empresas os investidores olham atentamente para os resultados do *Carbon Disclosure Project* (CDP) que faz reflectir nos seus índices (tanto de grau de divulgação como de desempenho) o nível de compromisso e comunicação que as empresas têm ao nível da sua gestão estratégica para as alterações climáticas. As empresas que respondem ao questionário do CDP fazem-no de forma voluntária, e são cada vez mais as que o fazem! Só este ano a taxa de resposta aumentou cerca de 22%, com 3715 respostas.

Esta participação cada vez mais expressiva demonstra o valor que as diversas partes interessadas dão a este tema. Em 2011 as 500 melhores empresas⁵ revelaram um maior compromisso com objectivos de redução, uma maior integração do tema na gestão estratégica e que o esforço de redução começa a dar cada vez mais frutos.

Tabela 1 – Os três maiores desastres climatéricos de 2010 e 2011. (Fonte: Munich RE NatCatSERVICE 2011)

País(es)	2010			2011		
	Paquistão	Europa	China	Tailandia	USA	USA
Acontecimento	Cheias	Tempestades	Cheias	Cheias	Tornados	Furacão Irene
Custos (m\$)	9 500	6 100	6 100	40 000	15 000	15 000
Custos Totais (m\$)		21 700			70 000	

O Clima, os Custos e o Clima Empresarial em 2011(cont.)

Tabela 2- Top 10 das empresas que responderam ao CDP⁵.

Sector	Empresas	Carbon Disclosure Leadership Index	Carbon Performance Leadership Index
Consumo Cíclico	Philips Electronics	99	A
Consumo Cíclico	BMW	96	A
Consumo Cíclico	Honda Motor Company	95	A
Consumo Quotidiano	Tesco	97	A
Financeiro	BankofAmerica	97	A
Financeiro	WestpacBankingCorporation	96	A
Saúde	Bayer	99	A
TIC	Cisco Systems	98	A
TIC	SAP	96	A
TIC	Sony Corporation	94	A

A nível nacional o índice de responsabilidade climática ACGE⁶, que vai já na sua 7ª edição, estabelece o *ranking* português que permite avaliar a resposta das empresas ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono. Este ano o ACGE avaliou 82 empresas com uma participação superior em 52% face ao número de respostas em 2010. Globalmente a Sonae Sierra obteve a melhor pontuação, seguida pela CGD em 2º e os CTT em 3º. A nível sectorial são as TIC's e o sector Financeiro que contam com a maior representação no Top20 (tabela 4): com Sonaecom, Vodafone Portugal e Portugal Telecom (6º, 8º e 9) e a CGD, BES, Millennium BCP e Santander Totta (2º, 7º, 10º e 11º).

Comparando estes resultados com os de 2010 é de salientar que as maiores subidas pertenceram à Worten (que subiu 22 posições), ao Modelo-Continente (que subiu 21), e ao Santander Totta e Pingo doce (que subiram ambos 17 posições). Ainda assim, notam-se alguns efeitos da crise económica, com a percentagem de empresas que alcançou reduções nas suas emissões a diminuir (de 53% para 44%), e apenas 28% a indicar objectivos de redução de emissões de GEE. No entanto, e apesar de 28% ser pouco, este valor conseguiu ser superior aos 23% de 2010, o que revela uma maior ambição por parte das empresas aqui representadas. No fundo os resultados destes sete anos reflectem a crescente maturidade das maiores empresas portuguesas na resposta aos desafios das Alterações Climáticas, adoptando um posicionamento cada vez mais forte com acções que em muitos casos vão para além das suas obrigações legais.

É imperativo entrar em 2012 com o pé direito, não esquecer o que já fizemos, nem o que ainda temos por fazer!

“As alterações climáticas são a maior ameaça ao nosso futuro. Temos um período de tempo muito curto para resolver este problema antes que se torne irreversível e incontrolável. Já foi feito um grande progresso, mas agora temos de ir mais longe, mais rápido e transformar objectivos em mudanças reais!” - Chris Huhne, Secretary of State for Energy & Climate Change (May 2010).

Tabela3 - Top 20 do ranking ACGE⁶. (Fonte: <http://www.responsabilidadeclimatica.net/files/ficheiro/grafico%20ranking%20global.pdf>)

# Ranking	Empresa	Pontuação
1	Sonae Sierra	90
2	CGD	88
3	CTT	87
4	LIPOR	84
5	EDP	79
6	Sonaecom	76
7	BES	73
8	Vodafone Portugal	68
9	Portugal Telecom	67
10	Millennium BCP	66
11	Santander Totta	64
12	Carris	62
13	WORTEN	62
14	Modelo Continente	62
15	Pingo Doce	61
16	Repsol	54
17	Brisa	54
18	CELBI	53
19	Cimpor	53
20	TAP	53

Fontes:

(1) NASA's Goddard Institute for Space Studies - <http://climate.nasa.gov/news/index.cfm?FuseAction=ShowNews&NewsID=668>

2: <http://www.csmonitor.com/Science/2011/1129/Climate-change-2011-temperatures-the-hottest-ever-during-La-Nina>

3: http://www.munichre.com/en/media_relations/press_releases/2012/2012_01_04_press_release.aspx

4 <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=54087>

5© 2012 CARBON DISCLOSURE PROJECT - <https://www.cdproject.net/CDPResults/CDP-G500-2011-Report.pdf>

6 Índice Alterações Climáticas e Gestão de Empresas.

Virgílio Figueiredo
Consultor

vfigueiredo@ecoprogresso.pt

Comércio de Emissões na Austrália e Nova Zelândia (cont.)

O comércio de emissões na **Nova Zelândia (conhecido como o NZ ETS)** arrancou em 2008 apenas abrangendo as florestas. Só em Julho de 2010 é que os sectores da energia, transportes e indústria foram incluídos no esquema doméstico. Para 2013 está prevista a entrada dos resíduos sólidos e para 2015 da agricultura que, embora com abrangência ainda incerta, apresenta-se como o principal emissor de GEE do país, contribuindo em 2009 com cerca de 46% das emissões totais de GEE do país. O NZ ETS caracteriza-se até 2013 por um tecto fixo de NZ\$25 (equivalente a cerca de 15,70€) por tonelada de CO₂, tendo o preço spot encerrado no dia 19 de Janeiro a NZ\$5,90 (3,70€). É ainda caracterizado por algumas particularidades que não se verificam no CELE: é o caso da adopção na fase de transição (até Dezembro de 2012) de um rácio de apenas 1 crédito (NZU) para cada duas toneladas de CO₂ emitidas, assim como da possibilidade de utilizar créditos domésticos de origem florestal⁽¹⁾. Aquando da celebração do seu 1º aniversário, Nick Smith, ministro das Alterações Climáticas do país, declarou que “*sem o ETS, a Nova Zelândia teria ultrapassado seu compromisso sobre o Protocolo de Quioto em cerca de 19,5 milhões de toneladas de CO₂*”⁽²⁾. Invocando o impasse a que se assiste no mercado internacional de carbono, em Setembro passado, o comité de revisão do sistema recomendou ao governo australiano um atraso nos *timings* de implementação de algumas das medidas mais rigorosas⁽³⁾. Esta recente revisão coloca, por exemplo, a prática de preço praticado. Actualmente, o sistema opera em deficit, sendo a procura na ordem das 16,5 milhões de licenças (apenas 22% das quais atribuídas gratuitamente e grande parte com origem em créditos da floresta)⁽⁴⁾.

Já no caso da **Austrália**, embora caracterizado por mais de uma década de debate, o estabelecimento de um instrumento de mercado de carbono deu importantes passos em Outubro passado com a aprovação de uma taxa de carbono, como parte do plano australiano de combate às alterações climáticas⁽⁴⁾. Assim, a partir de Julho de 2012, as cerca de 500 empresas mais poluentes do país terão de pagar uma taxa equivalente a 17,30€ por cada tonelada de CO₂ emitida como resultado da sua actividade anual. São aqui abrangidos os sectores da indústria, aviação, transporte marítimo e ferroviário. Apesar dos incentivos previstos para a indústria, este sector, em conjunto com outros abrangidos, tem demonstrado forte contestação perante o estabelecimento da taxa de carbono.



@<http://carbon-credits.ie/carbon-market/>

A taxa fixa indicada sofrerá um aumento em 2,5% ao ano até 2015, altura onde se prevê o estabelecimento de um sistema doméstico de comércio de licenças de emissão. No entanto, e em contraste com o que se verifica no CELE, na fase preliminar serão estipulados os denominados “*suggested price collars*” que se traduzem na definição de um montante mínimo de A\$15 (12,10€) e máximo de A\$20 (16,10€) acima dos preços praticados no mercado de carbono internacional. Outra divergência, quando comparando a proposta de sistema de comércio de emissões, passa pela possibilidade dos operadores australianos recorrerem a créditos gerados domesticamente através da Iniciativa “Carbon Farming”, uma iniciativa que prevê a geração de créditos de origem pecuária e florestal⁽⁴⁾. Não é conhecido, no entanto, até ao momento, as condições em que este tipo de crédito possa ser usado. O estabelecimento de um comércio de emissões australianas está, aliás, como historicamente tem vindo a ser habitual, intimamente relacionado com o desenrolar dos diversos eventos políticos do país, pelo que as eleições legislativas agendadas para 2013 ditarão o futuro do sistema.

Facto importante é que, apesar de os dois sistemas ETS estarem ainda em fases de estabelecimento distintas, há a expectativa que os dois sistemas se unifiquem a partir de 2015, após o arranque do ETS na Austrália. Adicionalmente, a Austrália começa já a ponderar vincular o seu futuro sistema de comércio de emissões com o europeu (o CELE), com o objectivo de unificar os sistemas no futuro. Este facto foi largamente demonstrado em Camberra, por ocasião de um encontro entre a primeira-ministra australiana Julia Gillard e o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que decorreu em Setembro passado. Julia Gillard expressa aliás que “*tanto a Austrália como a União Europeia reconhecem que os mercados de carbono são a forma mais eficaz de reduzir a emissão de gases com efeito de estufa*”⁽⁵⁾.

Comércio de Emissões na Austrália e Nova Zelândia (cont.)

No entanto, especialistas acreditam que, dadas as divergências entre os sistemas de comércio de emissões (em termos de estabelecimento dos preços e na possibilidade do recurso a créditos gerados domesticamente), a unificação dos sistemas, a ocorrer, nunca será antes de 2018.

Por agora, passo a passo, num futuro, embora indefinido, teremos um mercado de carbono global que se apresente como uma efectiva solução global para um problema global!

Fontes:

1 - <http://www.mfe.govt.nz/publications/climate/framework-emissions-trading-scheme-sep07/html/page6.html#figure41>

2 - http://www.observatoriodoredd.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=346&catid=3&Itemid=65

3 - <http://www.climatechange.govt.nz/emissions-trading-scheme/ets-review-2011/panel-bios.html>

4 - <http://www.pointcarbon.com/news/cmnanz/>

5 - <http://aeiou.expresso.pt/australia-cria-imposto-para-emissoes-de-carbono=f660893#ixzz117uNqmds>

imagem - <http://carbon-credits.ie/carbon-market/>

Beatriz Pinto

Consultora Sénior

bpinto@ecoprogresso.pt

A Chevrolet aposta na compensação de emissões

A empresa fabricante de automóveis Chevrolet, que faz parte do grupo General Motors (GM), afirmou recentemente no seu site que planeia investir cerca de 40 milhões de dólares em projectos que vão reduzir cerca de 8 milhões de toneladas de CO₂e.

Dan Akerson, CEO da General Motors, destaca que "a GM tem feito grandes progressos na redução do nosso impacto ambiental, mas sabemos que podemos fazer mais. O investimento da Chevrolet é uma extensão das iniciativas ambientais que temos vindo a realizar nos últimos anos, porque a solução para os desafios ambientais globais vai além de apenas veículos."

Desde 1990, a GM diminuiu as emissões de GEE nas fábricas em cerca de 60%, pelo que esta acção não se fica pelo marketing. O valor de 8 milhões de tCO₂e foi estimado pela Chevrolet como o equivalente às emissões associadas à condução dos veículos vendidos durante 2011, nos Estados Unidos da América (EUA). É no fundo uma iniciativa que se estende para além dos portões das fábricas, revelando uma preocupação com a fase do ciclo de vida que maior impacte tem – o do uso do seu produto, e por isso, onde a sua influência mais pode fazer a diferença!

Para compensar estas emissões da sua cadeia de valor, a Chevrolet escolheu projectos de redução de carbono localizados nos EUA, que vão ser desenvolvidos ao longo de 5 anos, de acordo com o *Verified Carbon Standard*, um *standard* amplamente utilizado no mercado voluntário de carbono em qualquer parte do mundo. Os projectos seleccionados incidiram na melhoria da eficiência energética, na produção de energia eléctrica através de fontes renováveis e na plantação de árvores.

Eileen Claussen, presidente do Centro Pew sobre Mudança Climática Global, sublinha a importância desta iniciativa: "A Chevrolet é um emblema icónico da América e este é um grande passo para enfrentar um dos nossos maiores desafios: direccionar-nos a um futuro de baixo carbono."

Fonte:

<http://www.chevrolet.com/environmental-projects/carbon-reduction/>

Ivo Augusto

Consultor

iagusto@ecoprogresso.pt



reduced:
23,000
metric tons



committed:
4,600,000
metric tons



our goal is up to:
8,000,000
metric tons

"Reduced": A redução de dióxido de carbono já ocorreu e foi verificada por uma entidade independente

"Committed": Chevrolet assinou um contrato para a redução de carbono, contudo ainda não ocorreu nem foi ainda verificado

Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

Adicionais - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

Mensuráveis - a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

Permanentes - as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

Verificáveis - todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

Contribuição para o desenvolvimento local - são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.

Carbonfree em Fevereiro:

- Página de internet “Proteger o que é bom” da Tetra Pak
<http://www.protegeoqueebom.pt/2012/01/26/protege-o-que-e-bom-e-carbonfree/>
- XXIV Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP- 7 e 8 de Fevereiro de 2012, em Lisboa

Primeira declaração de apoio à mitigação/adaptação:

O Anuário do Património de 2012, este ano com enfoque principal nas “Boas Práticas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico”, e editado pela Canto Redondo e o GECORPA, em parceria com a Ecoprogresso, apoiou um projecto de mitigação/adaptação do projecto Extensity que retira carbono pelas raízes das plantas.

NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office
frontoffice@ecotrade.pt
T +351 217 981 212